

DEUS E SÓCRATES SOBRE OS MALES DO GOVERNO

GOD AND SOCRATES ON THE EVILS OF GOVERNMENT

PETER SIMPSON*

Resumo: No *Velho Testamento* Deus expressa, através do profeta Samuel, idéias sobre o governo humano, similares às de Sócrates na *República* de Platão. Ambos defendem que a melhor organização política é aquela na qual nenhuma pessoa ou classe domina, mas aquela onde cada um rege a si mesmo através de um princípio interno de justiça. Uma “anarquia” justa deste tipo não é apenas a melhor, mas também possível de ser alcançada. Ao menos em certos períodos os filhos de Israel a obtiveram. Deveríamos imitá-los.

Palavras-chave: governo; justiça; lei; Sócrates; Deus.

Abstract: In the *Old Testament* God expresses, through the prophet Samuel, views about human government that are very like those expressed by Socrates in Plato's *Republic*. Both maintain that the best political arrangement is where no one person or class rules but where each rules himself through an inner principle of justice. A just 'anarchy' of this sort is not only best; it is also possible of attainment. At least for certain periods the children of Israel attained it. We should imitate them.

Key-words: government; justice; law; Socrates; God.

Começarei com duas séries de citações, sendo a primeira das Escrituras e a segunda de Platão. Minhas citações das Escrituras são do *Livro dos Juízes* e do *Primeiro Livro de Samuel*. As citações dos *Juízes* são as seguintes:

Os israelitas cometeram o que é mau aos olhos do Senhor; esqueceram-se do Senhor, seu Deus, servindo aos ídolos de Baal e de Astarte. A cólera do Senhor inflamou-se contra Israel e ele os deixou cair em poder de Cusã-Rasataim, rei de Aram, na Mesopotâmia. Os israelitas ficaram submetidos a Cusã-Rasataim durante oito anos. Então clamaram ao Senhor, que fez surgir um salvador para os libertar: Otoniel, filho de Cenez [capítulo 3, versículos 7-9]... Naquele tempo não havia rei em Israel; cada qual fazia o que lhe parecia melhor [capítulo 21, versículo 25].

As citações do *Primeiro Livro dos Reis* (Primeiro livro de Samuel) são as seguintes:

Samuel se desgostou, quando lhe disseram: “Dá-nos um rei para que nos governe”. E invocou o Senhor. O Senhor disse a Samuel: “Atende a tudo que o povo te diz. Porque não é a ti que rejeitam, mas a mim, para que eu não reine mais sobre eles. Fazem o que sempre fizeram, desde o dia em que os tirei do Egito até hoje. Assim

* Peter P. Simpson é professor na City University of New York, EUA. E-mail: petersimpson@hotmail.com

como me abandonaram e serviram a outros deuses, assim procedem contigo. Atende-os, mas adverte-os seriamente, dando-lhes a conhecer os direitos do rei que reinará sobre ele.” Samuel transmitiu todas as palavras do Senhor ao povo, que lhe pedira um rei, e declarou: “Eis o direito do rei que reinará sobre vós: – Ele tomará vossos filhos para os encarregar dos seus carros de guerra e dos seus cavalos, e os fará correr à frente do seu carro. Fará deles chefes de mil e de cinquenta e os empregará em suas lavouras e em suas colheitas, na fabricação de suas armas e de seus carros. Fará de vossas filhas suas perfumistas, cozinheiras e padeiras. Tirárá os vossos melhores campos, vinhas e olivais e os dará aos seus funcionários. Cobrará o dízimo das vossas colheitas e das vossas vinhas e o destinará aos seus eunucos e aos seus criados. Tomará vossos servos e servas, vossos melhores bois e jumentos, e os fará trabalhar para ele. Exigirá o dízimo de vosso rebanho, e vós mesmos sereis seus escravos. Naquele dia, clamareis ao Senhor por causa do rei que vós mesmos escolhestes, mas o Senhor não vos atenderá”. O povo, porém, não quis dar ouvidos às razões de Samuel e disse: “Não importa! Queremos um rei, pois queremos ser como todas as outras nações. O nosso rei administrará a justiça, marchará à nossa frente e combaterá por nós em todas as guerras” [capítulo 8, versículos 6-20].

Esta é minha primeira série de citações. Minha segunda série vem do segundo livro da *República* de Platão: [tradução portuguesa de Maria Helena da Rocha Pereira, adaptada nas passagens relevantes conforme à tradução de Jowett, citada originalmente pelo autor]

– Examinemos, pois, em primeiro lugar, de que maneira irão viver as pessoas assim organizadas. Será de outro modo que não seja produzir trigo, vinho, vestuário e calçado? E, depois de terem construído casas, trabalharão, no verão, quase nus e descalços. Alimentar-se-ão com farinha preparada, uma com cevada, outra com trigo, esta cozida, e aquela amassada; com isso farão uma boa massa e pães, que serão servidos em juncos ou em folhas limpas, reclinar-se-ão em leitos de folhagem de alegre-campo e mirto; banquetear-se-ão, eles e os filhos, bebendo o vinho que produziram, coroados de flores, e cantando hinos aos deuses, num alegre convívio uns com os outros. E cuidarão que suas famílias não excedam seus meios, com receio da pobreza ou da guerra.

– Mas, disse Glauco tomando a palavra, pões os homens a banquetear-se sem tempero em sua comida.

– Falas verdade – repliquei –. Tinha-me esquecido que também hão-de ter sal para tempero, azeitonas e queijos, e ferver raízes e ervas como preparam as pessoas do campo. Havemos mesmo de servir-lhes sobremesa de figos, grão-de-bico e favas, e torrarão ao fogo bagas de murta e bolotas, enquanto bebem moderadamente. E assim passarão a vida em paz e com saúde, morrerão velhos, como é natural, e transmitirão aos seus descendentes uma vida da mesma qualidade.

– Se estivesses a organizar, ó Sócrates – interveio ele – uma cidade de porcos, de que outro modo os alimentaria?

– Mas então como há-de ser, ó Glauco?

– O costume – respondeu ele –. Acho que devem reclinar-se em leitos, se não quiserem que se sintam infelizes, e que jantem, à mesa, iguarias e sobremesas como as que temos hoje em dia.

– Seja – disse eu –. Compreendo. Não estamos apenas a examinar, ao que parece, a origem de uma cidade, mas uma cidade de luxo. Talvez não seja mau. Efetivamente, ao estudarmos uma cidade dessas, somos mais propensos a descobrir de onde se originam na cidade a justiça e a injustiça. Na minha opinião a constituição verdadeira e saudável da cidade é a que eu descrevi. Mas, se quiserdes, observaremos também uma cidade ardendo em febre. Pois suspeito que muitos não irão se satisfazer com esse modo mais simples de vida...” [372a5-373a2]

“– É verdade – respondeu ele.

– Portanto, temos de tornar a cidade maior. A que era saudável não é bastante, mas temos de a encher de uma multidão de vocações, que não são naturalmente necessárias...” [373b1-4]

“– ... certamente.

– E a região que então fora suficiente para alimentar a população de outrora, de bastante que era, se tornará exígua. Ou o que havemos de dizer?

– É isso.

– Portanto, não teremos de ir tirar à terra dos nossos vizinhos, se queremos ter o suficiente para as pastagens e lavoura, e aqueles, por sua vez, não terão de tirar à nossa, se também eles se abandonarem ao desejo da posse ilimitada de riquezas, ultrapassando a fronteira do necessário?

– Será inteiramente forçoso, ó Sócrates.

– Havemos então de fazer guerra, depois disso, ó Glauco? Ou como há-de ser?

– Tem de ser assim – respondeu.

– E não digamos seja o que for – declarei – se a guerra faz qualquer bem ou mal, mas somente isto, que descobrimos a origem da guerra, de onde derivam sobretudo as desgraças particulares e públicas para as cidades, cada vez que ela se origina.

– É inteiramente assim.

– Então, meu amigo, é preciso uma cidade ainda maior, com um exército, não exíguo, mas completo, que saia a dar combate, lutando contra o invasor por todos os bens da cidade e quanto acabamos de dizer.

– Quê? – perguntou ele –. Os próprios cidadãos não bastam?

– Não – repliquei – se está certo o princípio em que tu e nós todos assentamos, quando modelamos a cidade. Assentamos, se bem te lembrás, em que era impossível que uma só pessoa exercitasse na perfeição diversas artes.

– Falas verdade – respondeu.” [373d2-374a7]

“– Portanto é tarefa nossa, segundo parece, e se na verdade formos capazes disso, proceder à escolha daqueles de qualidades e natureza apropriadas para a defesa da cidade.

– É realmente tarefa nossa.” [374e6-9]

É o bastante quanto às citações. Agora, o que fazer delas? Pretendo demonstrar que tanto o que diz Sócrates quanto o que diz Deus expressa a mesma concepção de governo humano, a saber, que tal governo é em realidade um estado de violência, necessário apenas devido ao luxo e à subserviência humanas, que o verdadeiro governo opera sem uso da força, que é também governo divino, e que tal governo está ao alcance de todos os homens – se eles o quiserem. Então, permitam-me mostrá-lo, cada um a sua vez, primeiro com respeito a Deus.

HYPNOS

2. A LEI DE DEUS SOBRE ISRAEL

Os males que Deus diz que os reis de Israel cometerão contra o povo têm basicamente dois aspectos, o que tem a ver com guerra e o que tem a ver com luxo, e bem podemos supor que Deus, como Sócrates, vê ambos como causalmente conectados. Luxo requer luta, e luta requer luxo. Pois se o rei deve ser um líder permanente na guerra, como quer o povo de Israel, ele precisa ser liberado de todos os outros encargos, em particular dos encargos de prover as necessidades da vida. Conseqüentemente, ele precisará de muitos servos para cultivar seus campos, para preparar sua comida, para fazer e limpar suas vestimentas, para construir suas habitações, para relaxá-lo e distraí-lo após seus esforços e assim por diante. Além do mais, todas essas necessidades terão de ser providas para o rei numa escala mais larga e esplêndida do que para qualquer outro, já que sua preeminência não será de outro modo suficientemente evidente para impôr respeito ao povo em obedecê-lo. O mesmo será verdade quanto aos inimigos, já que um elemento chave de sucesso na guerra está em manter os inimigos temerosos e sem confiança, o que dificilmente pode ser feito quando faltam as demonstrações evidentes de poder e riqueza. Reciprocamente, assim como sua necessidade de disponibilidade para lutar vai requerer que o rei viva com luxo, assim também sua necessidade de luxo vai requerer que ele sempre tenha disponibilidade para lutar. Pois como ele fará das pessoas seus servos, a não ser que os tome à vontade dentre os filhos e filhas de seus súditos? E como ele fará isto a não ser que os possa coagir? E como poderá coagi-los a não ser que tenha a disponibilidade e os recursos para lutar e derrotá-los? Assim, enquanto sua necessidade de um exército o força a querer luxo, também sua necessidade de luxo o força a querer um exército. Suas necessidades de luxo e de lutar não apenas alimentam uma à outra, mas também sua necessidade de lutar precisa ser estendida para incluir seu próprio povo, e não apenas estrangeiros, dentre seus objetos de ataque. Em resumo, o tipo de rei que os filhos de Israel desejam não se distingue de um tirano.

Mas por que é assim? Tiranos, apesar de tudo, não são inevitáveis. Há, certamente, meios de organizar um regime de tal modo que o regente não seja um tirano. Onde, então, erraram os filhos de Israel? O que no seu desejo os desencaminhou? Para responder a esta questão, precisamos retornar ao tempo dos juízes quando, ainda, “não havia rei em Israel” e “cada qual fazia o que lhe parecia melhor”. A frase crucial aqui é “o que lhe parecia melhor”, pois o que via cada homem como correto? A resposta é que isto dependia do homem. Alguns homens viam como correto aquilo que realmente era correto, isto é, e acima de tudo, a lei tal como fora dada por Deus através de Moisés. Outros homens viam

como correto o que na realidade era errado, isto é, e acima de tudo, o que era contrário àquela lei. Outros homens, ainda, sem dúvida viam uma mistura dos dois, vendo algumas coisas realmente corretas como corretas e algumas coisas realmente erradas como também corretas. Somando-se a isso, os números em cada um desses grupos variaram através dos tempos, com a maioria às vezes em um e às vezes no outro. De fato, as diferentes sortes que couberam aos filhos de Israel, sob os juízes, variaram conforme a maioria estivesse seguindo ou rejeitando a lei. O padrão, que é verdadeiramente típico, é mais ou menos o seguinte.

No começo os filhos de Israel estão seguindo as leis e, porque estão, ocupam a Terra Prometida com prosperidade e paz. Esta ocupação, certamente requer uma guerra que avança em conquistas, mas essa guerra, primeiro levada por Josué, o mantenedor da lei, é bem sucedida e a posse subsequente é segura. Estágios posteriores da guerra, e estágios posteriores de posse não são, no entanto, tão felizes. A razão é que os filhos de Israel, uma vez bem sucedidos em obter algum território, esquecem o exemplo de seus líderes e ignoram a lei, vivendo ao invés disso de acordo com práticas vergonhosas e idólatras dos povos cuja terra haviam ocupado. Como resultado, Deus em sua fúria retira sua proteção e deixa que caiam nas mãos opressoras de seus inimigos. Os filhos de Israel, assim sujeitados à perda e ao sofrimento, arrependem-se de seus feitos passados e gritam a Deus pedindo ajuda, Deus lhes manda um outro juiz, eles são resgatados e restaurados, mas em breve retornam aos seus descaminhos, e novamente sofrem derrota e escravidão.

É verdade que esses períodos alternados de prosperidade e paz, por um lado, e de derrota e opressão, por outro, variam em duração, mas, ao que parece, assim é em função do tempo que viva o respectivo juiz e faça com que o povo obedeça à lei, ou de acordo com o tempo que os filhos de Israel possam suportar seu sofrimento até que se arrependam. Em todos os casos, nós devemos certamente concluir que se os filhos de Israel tivessem de boa vontade seguido a lei, não haveriam nem sofrido derrota e opressão, nem necessidade de juízes para liderá-los. Vislumbrar, cada um por si mesmo, a correção da lei e segui-la, teria sido suficiente tanto para viver com nobreza como Deus desejava, quanto para ficarem livres de inimigos. O fato de que não alcançaram nenhuma das duas coisas, exceto com os juízes, deve-se inteiramente à sua própria falha. Poderia se pensar, então, que eles eventualmente teriam aprendido a lição e, entregando-se completamente a Deus e à lei, desfrutariam de liberdade ininterrupta e de paz sem a necessidade de juízes ou reis. O próprio Deus governaria como seu rei e não, como Ele foi forçado a fazer, indicando um suplente humano para juiz, mas sim diretamente através da lei revelada vivendo em seus corações e em suas

HYPNOS

almas. Isto, no entanto, foi exatamente o que os filhos de Israel se recusaram a fazer. Exceto quando sofriam aflições e perdas, preferiram cometer qualquer crime a seguir a Deus e sua lei.

Com efeito, ao penetrar mais além na *psyché* dos filhos de Israel tal como as Escrituras a revelam, podemos dizer que o que queriam era combinar paz e prosperidade com crime e idolatria, no lugar de ter um sem o outro. Esta combinação, é claro, foi e sempre é impossível (apesar de uma aparência dela poder resistir por algum tempo). Mas os filhos de Israel não estavam então preparados para desistir da investida. Seu desejo por um rei era, de fato, sua próxima tentativa, *per impossibile*, de realizá-la. Pois o rei que gostariam de ter era alguém que fosse um juiz permanente sobre eles, e que assim não fosse somente uma defesa contra inimigos, como foram os juízes anteriores, mas que estivesse também, diferentemente dos juízes, permanentemente à mão e que não precisasse ser enviado por algum ato especial de Deus. Assim os filhos de Israel não precisariam ter de se arrepender de suas más ações para ter um juiz para salvá-los. O juiz, na pessoa do rei, estaria sempre ali para eles, a despeito de sua obediência ou desobediência à lei de Deus. É por isso que Deus diz ao profeta Samuel que, ao pedir por um rei, os filhos de Israel rejeitaram, não a Samuel, mas a Deus. Pois rejeitaram o que Deus escolheu para eles, a saber, obediência à lei de Deus como sua fonte de paz e prosperidade, desejando, ao invés disso, ter paz e prosperidade através de meios humanos, de um rei terreno e permanente.

A insensatez desse desejo é evidente. É conhecimento assentado da razão que paz e prosperidade são resultado de virtude e não de vício. É também conhecimento assentado da *Bíblia* que os filhos de Israel foram o povo escolhido de Deus somente porque era esperado que fossem, pela sua obediência à lei de Deus, um exemplo e fonte de virtude para todos os homens. Isto é dizer que não foram escolhidos por conta de um capricho. Foram escolhidos para um propósito. Abandonar este propósito, como quiseram os filhos de Israel, foi não somente um crime contra a virtude – foi muito mais um crime contra Deus. Não surpreende, portanto, que Deus só consinta em dar-lhes um rei que será, por seu poder tirânico, um flagelo e um vingador de seus pecados, não um instrumento da paz. Com efeito, não poderia ser de outro jeito. O vício, por sua natureza mesma, não pode evitar arrastar sua própria vingança consigo. Pois o que já é por si mesmo uma corrupção da natureza e o que é corrompido deve logo perecer, seja por sua própria putrefação interior ou por sua incapacidade de resistir ao ataque externo. Assim é, de fato, o que aconteceu aos filhos de Israel. Às vezes, é certo, seus reis foram bons, como foi especialmente o caso de Davi. Mas não apenas esses reis foram raros, eles foram, mesmo que bons, donos de

um poder arbitrário e poderiam fazer o que quisessem com quem quisessem (exemplo impressionante disso, no caso de Davi, foi como ele lidou com Betsabéia e seu marido).

Em resumo, então, o que Deus queria para Israel era que Ele fosse seu rei, não pelo exercício da regra externa e humana, mas pelo exercício de Sua própria sabedoria guiando-os a partir de dentro de si mesmos. Assim, os filhos de Israel não teriam tido nenhum governante humano sobre eles, mas cada um teria governado sobre si mesmo. Teriam então governado, não apenas em perfeita liberdade, mas também com perfeita justiça e paz, porque teriam governado de acordo com a lei marcada em seus corações por Deus. Assim quando a *Bíblia* diz que “naquele tempo não havia rei em Israel; cada qual fazia o que lhe parecia melhor” o sentido não é o de que fosse sempre um vale-tudo estúpido e destrutivo, mas que havia, ao menos algumas vezes, uma paz próspera sob a inspiração da sabedoria divina através da lei revelada de Moisés. A grande tragédia dos filhos de Israel é que, na maior parte de sua história, eles se recusaram a seguir a lei e assim foram sujeitados, primeiro à tirania de seus crimes, depois à tirania de seus reis, e finalmente à tirania de seus inimigos (assírios, babilônios, gregos, romanos). Tudo foi muito contrário ao que Deus estava oferecendo e querendo tão veementemente que desfrutassem.

3. A CIDADE DOS PORCOS DE SÓCRATES

Quando nos voltamos à Cidade dos Porcos de Sócrates, ou melhor, de Glauco, encontramos algo similar ao que encontramos na *Bíblia*. É digno de nota, para começar, que Sócrates afirme que essa cidade é, a seu ver, a melhor cidade ou, como ele coloca, “na minha opinião a constituição verdadeira e saudável da cidade é a que eu descrevi”. Em nenhum lugar da *República* Sócrates retira seu julgamento. O que, então, devemos pensar da cidade que ele efetivamente constrói no restante dos livros do diálogo, com seu luxo, seu exército de guardiões, seu comunismo de esposas e crianças, seus filósofos-reis, e assim por diante? Não é esta cidade, que todos nós crescemos amando e odiando, a melhor cidade de Sócrates? Isso parece ser o que deveríamos concluir se seguimos o que efetivamente é dito por Sócrates. Mas talvez haja mais aqui do que o que imediatamente aparece à vista.

Podemos começar com um enigma notado por Aristóteles, de que a cidade saudável não apenas fracassa em incluir qualquer força armada, mas também fracassa em incluir quaisquer reis ou juizes. Uma cidade, no entanto, não pode existir sem algumas pessoas deliberando e julgando a respeito de questões públicas (Aristóteles, *Política*, 6(4).4.1291a22-30). Na cidade desassossegada este

defeito é suprido pelos filósofos-reis, assim como o defeito do exército é suprido pelos guardiões. Ora, de acordo com Sócrates, a cidade saudável não necessitará de um exército já que ela não se engajará em atacar os vizinhos para garantir mais terras, mais *Lebensraum*, para si mesma. Nem necessitará de um exército para defender-se dos vizinhos uma vez que, Sócrates pode estar supondo, todas as cidades vizinhas também serão saudáveis e não luxuosas. Em todo caso esta parece ser a implicação da alegação de Sócrates de que a origem da guerra está no desejo de luxo. Pois se eliminamos do pensamento o desejo de luxo, tanto na cidade de Sócrates quanto em todas as cidades vizinhas, a guerra não surgirá, e conseqüentemente a cidade saudável não terá necessidade de um exército. Mas, necessitando ou não de um exército, não precisará ainda assim de pessoas que deliberem e de juízes para dirigir os negócios públicos?

Neste ponto precisamos considerar com mais cuidado o que diz efetivamente Sócrates sobre o modo de vida que têm.

E eles e seus filhos vão banquetear-se, bebendo do vinho que produziram, usando grinaldas de flores em suas cabeças, entoando hinos de louvor aos deuses, num alegre convívio uns com os outros. E cuidarão que suas famílias não excedam seus meios, com receio da pobreza ou da guerra.

As frases a notar aqui são “banquetear-se-ão, eles e os filhos... cantando hinos aos deuses, num alegre convívio uns com os outros” e “cuidarão que suas famílias não excedam seus meios...”. Evidentemente, assim, todas essas pessoas, introduzidas inicialmente por Sócrates como engajadas nas diversas artes atendendo às necessidades humanas, têm elas conhecimento suficiente das coisas divinas e da educação de modo que podem louvar aos deuses e governar suas famílias. De onde vem esse conhecimento se se espera que todos sejam artesãos? Claramente, então, devemos supor que Sócrates tinha a intenção de que fossem mais do que meros artesãos. No entanto, ele não chega a ter a chance de explicá-lo porque é desviado por Glauco para que fale em vez disso da cidade luxuosa. Ora, enquanto a cidade luxuosa é dita revelar a origem da guerra (a saber, da ganância humana), não é dita revelar a origem do governo. Tal governo, como se vê, precisa já existir na cidade saudável, apesar de lá não existir guerra. Sócrates permite, no entanto, que a cidade luxuosa seja mais propensa a revelar-nos a origem da justiça. *Nós* devemos ser mais propensos a ver a justiça na cidade luxuosa, diz ele, do que na que é saudável. É por isso que ele não parece muito perturbado pela intervenção de Glauco, nem pelo desvio para a cidade luxuosa. Ainda assim, o que a cidade luxuosa revela sobre a justiça será apenas o que a cidade saudável poderia revelar se fôssemos capazes de vê-lo. A única coisa que a cidade luxuosa revela e que não a faz saudável é a origem da guerra e, de certo, dos males em geral.

Voltando-nos, então, sobre a cidade luxuosa, encontramos que a justiça é ali descoberta como sendo cada um fazendo seu trabalho sem interferir no trabalho dos outros (433b3-434d1). Ora, tal definição de justiça somente é informativa na medida em que sabemos qual é o nosso próprio serviço, e o que não é o nosso próprio mas o de outro. Na cidade luxuosa, esse conhecimento é alcançado pela divisão da cidade em três classes de acordo com gradações das almas. Assim, cada um sabe o que deve fazer ao saber em que classe se encontra, e dessa forma cada um sabe como ser justo. As duas classes inferiores, no entanto, enquanto sabem em que classe se encontram, não sabem a razão disto mas simplesmente seguem as instruções da primeira classe, os filósofos. Os filósofos lhes dão, é certo, um simulacro da razão através do mito dos metais, mas este mito, enquanto simbolicamente verdadeiro, é literalmente falso e até literalmente tolo (pois como poderiam as almas ser compostas de metal?). As duas classes inferiores podem ser justas, devemos concluir, e a mais alta delas, os guardiões, podem ser bravos, mas nenhuma delas pode ser sábia. A sabedoria é a prerrogativa, e o trabalho, dos filósofos somente.

A cidade luxuosa assim nos revela o que é a justiça, mas também, ao mesmo tempo, ela nos revela a origem da justiça. Esta origem de fato não é senão o princípio na base do qual a primeira cidade, a cidade saudável, foi fundada, nomeadamente o princípio de para cada homem uma arte ou habilidade (433a1-b1). A origem da justiça é a origem da cidade. A cidade e a justiça começam juntas (cf. Aristóteles, *Política*, 1.2.1253a37-39). A guerra, em contraste, começa, não com a cidade, mas com a doença na cidade. Por natureza, podemos dizer, a cidade não é bélica. Exércitos e luta são inaturais. Mas se a cidade justa não precisa de um exército, precisa ela de filósofos? A cidade saudável precisa de justiça, é claro, já que a justiça é seu alicerce. Assim a questão é se a cidade saudável precisa de filosofia de modo a ser justa, e tal questão é, por sua vez, a questão de se é possível ser justo e ao mesmo tempo ignorante e tolo. A cidade luxuosa revela que enquanto os indivíduos na cidade podem ser justos e ignorantes (nomeadamente as duas classes inferiores), a cidade como um todo não o pode. Pois, sem os filósofos, o resto da cidade não será apta a determinar quem se encontra onde ou qual trabalho deve fazer, e assim não será apta a ser justa. O mesmo é evidentemente verdadeiro quanto à cidade saudável. Mas não há classes na cidade saudável, como o que se encontra na cidade luxuosa. Cada um ali é um artesão, compartilhando seus produtos com outros, e julgando o que é melhor para sua família. Na cidade saudável, por assim dizer, “não há rei e cada qual faz o que lhe parece melhor”.

De volta ao *Livro dos Juízes*. Assim como naquele livro, a lei, sendo marcada no coração e na alma de cada um por revelação divina, é o que governa e asse-

gura se é seguida, o que é correto aos olhos de cada um será o correto de acordo com a lei; também na cidade saudável, o princípio de justiça, sobre o qual toda a cidade é construída, informa o coração e a mente de todos. As pessoas e a cidade vivem conscientemente por um e o mesmo princípio, e as pessoas são sábias porque são justas e justas porque são sábias. As pessoas, em outras palavras, pela natureza do caso, são todas filósofas (cf. Aristóteles, *Política*, 4(7).15.1334a22-34). A cidade ensina-os através de seu princípio de justiça assim como Deus ensina os filhos de Israel através da lei revelada. Note-se, também, que as pessoas na cidade saudável vivem, em termos materiais, de modo muito semelhante ao que os guardiões e os filósofos viverão na cidade luxuosa. Nenhum deles tem ou desfruta do luxo (somente a classe do artesão e do proprietário de terras na cidade luxuosa tem e aproveita o luxo). O irmão de Glauco, Adimanto, faz essa reclamação quanto à cidade luxuosa, de que os guardiões não serão felizes no final das contas porque são privados de luxos. Sócrates, em vez de acolher o que diz Adimanto, como havia previamente feito com Glauco, responde, primeiro, que o objetivo da cidade é fazer toda a cidade feliz, não suas partes, e, segundo, que os guardiões serão de todo modo felizes (419a1-420c4). Com efeito, como ele explica depois, eles serão setecentas e vinte e nove vezes mais felizes do que qualquer tirano (587b14-588a11).

O resultado surpreendente de tudo isso é que Sócrates, a despeito de ter permitido que Glauco o conduzisse a um desvio, trouxe a discussão de volta para onde estava com a cidade saudável. Sócrates poderia, portanto, ter chegado onde acaba terminando sem o desvio, isto é sem a cidade luxuosa e a guerra que ela engendra. Logo, na cidade saudável poderíamos ter encontrado os filósofos e o modo filosófico de viver. Os filósofos-reis da cidade luxuosa são realmente os cidadãos da cidade saudável, vivendo em absoluta simplicidade material, mas com total entendimento sofisticado. Assim, a cidade luxuosa acaba por ser governada pela cidade saudável. Justamente por isso, não há governo na cidade saudável, uma vez que os filósofos, na cidade luxuosa, enquanto governam todos os outros, não governam uns aos outros. Ao invés disso, como os filhos de Israel (ou pelo menos do modo como Deus queria que os filhos de Israel fossem), são governados pela sabedoria presente em cada um deles. Já que não há classes inferiores na cidade saudável, mas como cada um pertence a uma e mesma classe, não haverá ninguém para que qualquer outro governe e assim nenhum governo – quero dizer, nenhum governo humano, já que certamente haverá governo divino através da sabedoria que é presente em cada um. Todos na cidade saudável são filósofos auto-suficientes, compartilhando tudo em comum com todos e cada um. E isso, como havia dito, é exatamente como Deus gostaria que tivesse sido com os filhos de Israel, como foi efetivamente, ainda que de modo

vacilante, no tempo dos juizes. Esse nunca foi o caso com os gregos, é claro, e Sócrates abertamente concede que sua melhor cidade, sua cidade saudável, é um modelo guardado no céu e não uma realidade na terra. É somente uma realidade na terra na medida em que certos indivíduos, nomeadamente filósofos, modelam a si mesmos a partir dela. Mas sob a lei de Deus foi mais do que isso – foi efetivamente uma realidade em Israel. Assim, como disseram os Pais da Igreja (apesar de não exatamente no sentido que pretendiam), o que a filosofia foi para os gregos, a lei foi para os filhos de Israel – a realidade do governo divino.

4. CONCLUSÃO

O fracasso do experimento de Deus com Israel e a irrealizabilidade da cidade saudável de Sócrates devem ser reportados à mesma causa: ganância humana, ou tal amor do si mesmo material que chega a atingir o desprezo por Deus (*amor sui usque ad contemptum Dei*, para citar Santo Agostinho, *De civ. Dei* 14, 28). Isto é o que, na figura de Glauco, leva ao fim da cidade saudável e ao começo da cidade luxuosa e que, na figura dos filhos desobedientes de Israel, leva ao fim dos juizes e ao começo dos reis.

Qual é então a mensagem disso tudo pra nós hoje? Simplesmente a seguinte: que o melhor governo humano é nenhum governo humano, quero dizer, nenhum governo por um conjunto de homens, sejam eles eleitos ou não, sobre outros conjuntos de homens. Todos os governos humanos efetivos originam-se no mal – o mal da ganância material – e acabam no mal – o mal da tirania. É claro, como tanto Sócrates quanto Deus insinuam, essa tirania, apesar de má, é o que materialistas gananciosos merecem. Pois já que foram desleais em governar a si mesmos de boa vontade, através de sabedoria adquirida ou revelada, serão então governados contra a vontade pela imperiosa ganância do tirano-rei. Recusando-se a viverem livres, através da sabedoria, viverão aprisionados pela compulsão. Assim, nem mesmo desfrutarão da ganância pela qual entregaram sua liberdade, ou só a desfrutarão de modo vacilante ao capricho de seus tiranos. Esses tiranos também desfrutarão de um governo precário e de vida curta, uma vez que serão para sempre invejados, e para sempre ameaçados, por tiranos mais novos que querem tomar seu lugar.

As coisas não mudaram muito desde o tempo de Sócrates e dos filhos de Israel até o nosso. Clamamos por luxos excessivos tanto quanto Glauco, e por um rei poderoso para proteger-nos em nossos luxos tanto quanto os filhos de Israel. Hoje em dia, no entanto, esses luxos são chamados de bem-estar social controlado pelo governo, de direitos iguais controlados pelo governo e de estilos de vida alternativos controlados pelo governo, e esses reis são chamados

presidentes e primeiro-ministros. Mas o controle pelo governo é o mesmo antigo aprisionamento e presidentes e primeiro-ministros são os mesmos antigos tiranos – e não importa se o nome do tirano é Presidente Bush ou Presidente Lula ou Presidente Chávez ou, pelos céus, Presidente Kerry. O que justamente nós modernos não queremos é exatamente o que Glauco e os filhos de Israel não queriam, a liberdade do autogoverno através de sabedoria não-gananciosa.

O governo humano é tão desnecessário quanto maléfico e podemos, se quisermos, nos livrar dele sem qualquer perda. Até mesmo após os ataques terroristas de 11 de setembro, cujo único efeito a perdurar nos Estado Unidos foi, por falar nisso, a introdução de mais tirania governamental (quero dizer, o campo de prisioneiros da Baía de Guantánamo e o *Patriot Act*), isso continua sendo de verdade. Nós temos apenas de fazer a escolha. Mas não fizemos e não faremos. É bem como Jonathan Swift descreveu na última parte das *Aventuras de Gulliver*. Somos agora, como eram Glauco e os filhos de Israel, os Yahoos do mundo. Deveríamos ter sido, e era a intenção de Deus e de Sócrates que fôssemos, os Houyhnhnms do mundo. Mas o que recusamos foi, em troca, dado aos cavalos. Verdadeiramente, os primeiros tornaram-se últimos e os últimos primeiros.

Tradução de Bruno Conte
[recebido em maio 2005]